

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A
EQUIPAMENTOS DE MONITORIZAÇÃO
BLOCO OPERATÓRIO E RECOBRO**

PROCESSO N.º **24DC41CPI038**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO
INTERNACIONAL**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	4
1. OBJETO DO CONCURSO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE OS CONTRATOS A CELEBRAR	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL	4
5. AGRUPAMENTOS	5
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA	6
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS	6
8. PREÇO BASE	7
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	7
10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
11. REVISÃO DE PREÇOS	8
12. CAUÇÃO	8
13. SEGURO	8
14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS	9
16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
17. PENALIDADES	10
18. RESPONSABILIDADE	11
19. RESOLUÇÃO	11
20. ATOS DE TERCEIROS	12
21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	13
24. PUBLICIDADE	15
25. CONFIDENCIALIDADE	15
26. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	16
27. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	17
28. GESTOR DOS CONTRATOS	17
29. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS	18
30. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	18
31. REQUISITOS MÍNIMOS DA MANUTENÇÃO	18
32. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA MANUTENÇÃO	19
33. PERIODICIDADE DAS INTERVENÇÕES	20
34. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	20
35. APOIO TÉCNICO	20

35.	OBRIGAÇÕES GERAIS	21
36.	MANUTENÇÃO CURATIVA	21
37.	MANUTENÇÃO PREVENTIVA	22
38.	TAXA DE DISPONIBILIDADE DO EQUIPAMENTO	23
39.	QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24
40.	PESSOAL	24
41.	SUBSTITUIÇÃO DE TÉCNICOS	25
42.	REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO HOSA	25
43.	SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS.....	26
44.	RELATÓRIO DE ASSISTÊNCIA.....	26

ANEXOS:

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES, CARATERÍSTICAS E PERIODICIDADE

ANEXO B: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do concurso público internacional para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DE MONITORIZAÇÃO BLOCO OPERATÓRIO E RECOBRO**, em conformidade com as condições e características técnicas/especiais definidas neste Caderno de Encargos.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico dicom.nas@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE OS CONTRATOS A CELEBRAR

Na execução dos contratos objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a)** As cláusulas dos contratos, considerando-se integradas nos mesmos este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda as propostas dos Adjudicatários e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b)** No caso de os contratos não serem reduzidos a escrito, este Caderno de Encargos, as propostas adjudicadas, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, nos termos do disposto no Programa do Concurso.
- c)** Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto dos contratos a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelos contratos ou documentos que deles fazem parte integrante;
- d)** As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de serviços a prestar.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º** Os termos dos suprimentos, dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todos os documentos que o constituem;
 - 4.º** As propostas dos Adjudicatários;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre as propostas dos Adjudicatários, prestados pelos mesmos.
- 4.1.** No que se refere aos lotes em que seja exigido a redução a escrito dos contratos, as divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos e o clausulado destes resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelos Adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.1.** No que se refere aos Lotes em que não é exigido redução a escrito dos contratos, as divergências que existam entre os documentos que se consideram integrados nos contratos, o qual se entende que resulta da conjugação do Caderno de Encargos com o conteúdo das propostas adjudicadas nos termos n.º 3 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), resolver-se-ão pela prevalência na cláusula anterior, de acordo com o n.º 5 do artigo 96.º do CCP.
- 4.2.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, os Adjudicatários deverão:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início dos contratos, os Adjudicatários deverão formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.3.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna os Adjudicatários responsáveis por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar a prestação dos serviços objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é

especificado no Programa do Concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.

- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único Contrato de prestação de serviços com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução da prestação dos serviços perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4.** No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6.** O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com os Adjudicatários.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DOS CONTRATOS

- 7.1.** O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor na data da última assinatura eletrónica e terá a duração máxima de **36 (trinta e seis meses)**, a contar daquela data, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 7.2.** O período de duração inicial do contrato será de **12 (doze) meses** podendo ser renovado, por iguais e sucessivos períodos, até à referida duração máxima, mediante acordo prévio

escrito, a propor por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

- 7.3.** Sem prejuízo do previsto no **número 7.1.**, o contrato apenas produz efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** Pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar e incluindo a possibilidade de renovação até à duração total máxima de **36 (trinta e seis) meses**, o preço base global é de **€ 117.000,00 (cento e dezassete mil euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável.
- 8.2.** Para além do preço global indicado no número anterior, o preço referente à execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar durante o período de duração contratual inicial e eventuais renovações de **12 (doze) meses**, é **€ 39.000,00 (trinta e nove mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo decomposto nos termos seguintes.
- 8.3.** O preço base global e o preço base, por lote, indicados nos números antecedentes foram fixados com base em critérios objetivos, e obtidos através de consulta preliminar ao mercado e pelo histórico aquisitivo de procedimentos anteriores.
- 8.4.** Os preços unitários indicados nas propostas dos Adjudicatários são aplicáveis durante toda a vigência dos contratos para todas as prestações a que se referem.
- 8.5.** No decurso da execução dos contratos, a SCML pagará apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere aos Adjudicatários o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** Pela prestação de serviços objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar aos Adjudicatários o preço constante nas propostas adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** Os Adjudicatários obrigam-se a executar pelos preços constantes dos contratos, dos quais as suas propostas farão parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 9.4.** No decurso da prestação de serviços, a SCML pode solicitar aos Adjudicatários a suspensão total ou a transferência para outro local de serviços a prestar, comprometendo-se os Adjudicatários a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrônico e enviadas via EDI (*Electronic Data Interchange*), para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, nos termos seguintes:
- a)** Para a Manutenção Preventiva, após a prestação de serviços e de acordo com a periodicidade definida no **Anexo A** do presente Caderno de Encargos;
 - b)** Para a Manutenção Curativa e para as peças, pontualmente, após a prestação dos serviços e aquisição de peças.
- 10.2.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de **30 (trinta) dias seguidos** a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com os contratos, esta comunicará tal decisão aos Adjudicatários, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.5.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da **cláusula 19ª** do Caderno de Encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não é admitida a revisão de preços, nos termos do artigo 300.º do CCP.

12. CAUÇÃO

- 12.1.** É dispensada a prestação de caução pelos Adjudicatários, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
- 12.2.** Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGURO

- 13.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente Caderno de Encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverão os Adjudicatários possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução dos Contratos a celebrar na sequência deste

procedimento, nomeadamente, deverão ser tomador da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil.

- 13.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários.
- 13.3.** O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento aos Adjudicatários a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade dos Adjudicatários.
- 13.6.** A apólice de seguro referida no número **1.** da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os Adjudicatários obrigam-se a cumprir o disposto no artigo 419-A do CCP.

15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DOS CONTRATOS

15.1. Os contratos podem ser modificados:

- 15.1.1.** Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a dos contratos;
- 15.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;
- 15.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.

15.2. Os contratos podem ser modificados com os seguintes fundamentos:

- 15.2.1.** Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios dos contratos;
- 15.2.2.** Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

15.3. A modificação dos contratos encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 16.1.** Os Adjudicatários não poderão por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos serviços objeto dos contratos a celebrar por subcontratação, nem poderão ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes

dos contratos, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.

- 16.2.** No caso de subcontratação, os Adjudicatários permanecem integralmente responsáveis perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes dos contratos.
- 16.3.** Em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução dos contratos, os Adjudicatários cedem a sua posição contratual aos Concorrentes do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado os contratos, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir novos contratos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.4.** A execução dos contratos ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações dos Adjudicatários, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual dos Adjudicatários nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. PENALIDADES

- 17.1.** No caso de os Adjudicatários não prestarem serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:
 - 17.1.1.** Resolver os contratos nos termos legais;
 - 17.1.2.** Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo dos Adjudicatários.
- 17.2.** A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:
 - 17.2.1.** Forem excedidos os respetivos prazos, nomeadamente, as periodicidades mínimas de manutenção indicadas no **ANEXO A** ao Caderno de Encargos;
 - 17.2.2.** A prestação de serviços não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e os Adjudicatários não tenham corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML
 - 17.2.3.** A Taxa de Disponibilidade do Equipamento estiver abaixo dos 97%.

- 17.3.** As importâncias resultantes das penalidades aplicadas, serão descontadas em faturas por liquidar ou com o acionamento da retenção prevista na cláusula **12.2.** do presente Caderno de Encargos.
- 17.4.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução dos contratos nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 17.5.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

18. RESPONSABILIDADE

- 18.1.** Se os Adjudicatários ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverão os Adjudicatários indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 18.2.** Os Adjudicatários assumem integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo os únicos responsáveis perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 18.3.** Os Adjudicatários respondem, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se os Adjudicatários provarem que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 18.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 18.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta dos Adjudicatários, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 18.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade dos Adjudicatários no que se refere à sua execução dos contratos.

19. RESOLUÇÃO

- 19.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver os contratos em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, após estes últimos terem sido notificados desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 19.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata os contratos em caso de incumprimento por parte dos Adjudicatários, designadamente, nos casos seguintes:

- 19.2.1.** Se os Adjudicatários, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitirem a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;
- 19.2.2.** Se se verificar o previsto em **17.4.**;
- 19.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
- 19.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução da prestação de serviços;
- 19.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
- 19.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 19.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta dos Adjudicatários e da resolução.
- 19.4.** Se a resolução for imputável aos Adjudicatários, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 19.5.** Em caso de resolução dos contratos e logo que esteja fixada a responsabilidade dos Adjudicatários será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelos Adjudicatários, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 19.6.** A SCML, independentemente da conduta dos Adjudicatários, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, os contratos com os Adjudicatários, por carta registada com aviso de receção.
- 19.7.** A SCML poderá ainda resolver os contratos, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que os Adjudicatários sofram impedimentos na execução dos serviços contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 21.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Adjudicatários ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE

CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.

- 21.2.** Os Adjudicatários deverão entregar, com as outorgas dos contratos, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos.
- 21.3.** Caso não haja lugar a redução a escrito dos contratos, ficam os Adjudicatários dispensados da entrega do **Anexo C** referido no número antecedente.

22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 22.1.** São da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.
- 22.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelos Adjudicatários do disposto no ponto anterior, os Adjudicatários indemnizarão a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 23.1.** Sempre que a execução dos contratos implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 23.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 23.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, os Adjudicatários obrigam-se a:

- 23.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
- 23.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 23.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 23.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 23.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 23.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 23.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 23.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 23.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor dos Adjudicatários, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 23.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;

- 23.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 23.4.** Os Adjudicatários obrigam-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respectivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 23.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelos Adjudicatários no âmbito do presente procedimento;
- 23.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 23.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelos Adjudicatários, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para os Adjudicatários, mantendo-se estes, em todo o caso, plenamente responsáveis perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelos subcontratantes.

24. PUBLICIDADE

Os Adjudicatários não poderão fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

25. CONFIDENCIALIDADE

- 25.1.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a informação transmitida, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força da prestação dos serviços, seja a classificada com indicação de confidencial ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.
- 25.2.** Os Adjudicatários obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo hardware e software, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos contratos.

- 25.3.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução dos Contratos, sem prévia autorização expressa da SCML.
- 25.4.** Os Adjudicatários obrigam-se a não divulgar as informações e documentos obtidos junto da SCML e obrigam-se a não os utilizar a título profissional e/ou em benefício próprio, fora do objeto do presente procedimento, bem como se obriga a não fazer qualquer reprodução de quaisquer documentos, ou informações prestadas, sem prévia autorização expressa da SCML nesse sentido.
- 25.5.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Adjudicatários, ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à SCML o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.
- 25.6.** Para além da informação identificada no número anterior, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado os contratos.
- 25.7.** Terminado os contratos, os Adjudicatários ficam obrigado a devolver ou a destruir e fazer prova da destruição da informação que produziu e daquela que lhe foi entregue, quando solicitado.
- 25.8.** Os Adjudicatários são responsáveis pela guarda e proteção adequadas da informação e serão responsabilizados pela sua divulgação não autorizada.
- 25.9.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, dos contratos, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

26. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 26.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez)** dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção, para que em colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso

fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 26.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução dos contratos objeto do presente procedimento por parte dos Adjudicatários, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

27. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 27.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes dos contratos, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 27.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

28. GESTOR DOS CONTRATOS

- 28.1.** A SCML designará um ou mais gestores dos contratos, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 28.2.** Os Adjudicatários deverão comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução dos contratos.

29. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 29.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 29.2.** Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS**30. ÂMBITO DO PROCEDIMENTO**

Os serviços de manutenção preventiva, manutenção curativa e assistência técnica aos Equipamentos de monitorização bloco operativo e recobro, que se encontram identificados no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos, visam assegurar o seu funcionamento com a necessária fiabilidade e níveis de segurança exigidos, prolongando assim o seu tempo de vida útil.

31. REQUISITOS MÍNIMOS DA MANUTENÇÃO

31.1. Os requisitos mínimos de manutenção são os seguintes:

- a)** Manutenção das capacidades normais de funcionamento dos equipamentos, segundo as especificações dos fabricantes;
- b)** Manutenção da segurança dos equipamentos e de todos os seus acessórios;
- c)** Mão-de-obra nas operações de substituição profilática de componentes, a intervalos regulares, de acordo com o preconizado pelo fabricante;
- d)** Limpeza, lubrificação e beneficiação dos equipamentos, incluindo o seu interior;
- e)** Controlar acessórios sujeitos a desgaste de modo a prever os timings corretos para a sua substituição;
- f)** Limpeza e beneficiação dos equipamentos, incluindo controlo de corrosão em componentes;
- g)** Verificação e inspeção aos equipamentos;
- h)** Diagnóstico do estado funcional de cada equipamento;
- i)** Ensaios gerais e específicos de funcionamento e de segurança dos equipamentos/sistemas;
- j)** Apresentação dos relatórios técnicos de manutenção / inspeção;
- k)** Emitir relatório com as não conformidades detetadas e propostas de medidas corretivas;
- l)** Toda e qualquer verificação considerada fundamental para o correto funcionamento do equipamento e dos seus sistemas, incluindo os de segurança.

31.2. Incluem-se ainda no objeto, todas as operações acessórias às descritas no número antecedente da presente cláusula, designadamente:

- a)** Mão-de-obra técnica necessária à manutenção preventiva e curativa durante o período de vigência do contrato;
- b)** Todos os encargos de transporte ou deslocação de pessoal, equipamentos, material e respetivos riscos associados (tanto para a manutenção preventiva como para manutenção curativa);

- c)** Todos os encargos decorrentes de avarias ou danos provocados no equipamento por comprovada negligência ou incompetência ou imprudência do técnico afeto à prestação de serviços pelo adjudicatário;
- d)** Materiais de consumo profilático que sejam necessários aplicar, tais como: produtos de limpeza, produtos de lubrificação, pequenos acessórios, onde se incluem, entre outros, parafusos, porcas, anilhas, vedantes e outros similares, utilizados nas rotinas de manutenção;
- e)** Todas as ações de manutenção e encargos relacionados com o software e hardware e respectivas atualizações recomendadas pelo Fabricante;
- f)** Remoção e tratamento de todo o tipo de resíduos – respeitando integralmente a legislação em vigor aplicável a este tipo de equipamentos – decorrentes das ações de manutenção;
- g)** Remoção e reinstalação do equipamento, quando a manutenção e assistência técnica tenha de decorrer nas instalações do Adjudicatário, ou em outro local, durante o prazo de execução contratual.

32. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA MANUTENÇÃO

Para além dos requisitos mencionados na **cláusula 31º** do presente Caderno de Encargos, incluem-se ainda os seguintes serviços para serem realizados anualmente:

- a)** Inspeções de segurança mecânicas e elétricas / eletrónicas;
- b)** Updates de software com vista a correção de eventuais anomalias detetadas, que sejam definidas pelo fabricante ao longo da vida útil do equipamento;
- c)** Substituição de todas as peças, componentes dos equipamentos, que venham a ser necessárias substituir durante o período contratual.
- d)** Todos os encargos com a substituição de peças, componentes dos equipamentos, que venham a ser necessárias substituir durante o período contratual.
- e)** O Adjudicatário dará obrigatoriamente todo o apoio técnico e assistência aos equipamentos do HOSA identificados, sendo sua responsabilidade a elaboração de recomendações e pareceres técnicos sobre condições de funcionamento, segurança e alterações ou necessidade substituição de equipamentos.
- f)** Os pareceres e recomendações referidos no ponto antecedente tanto podem ser solicitados pelo HOSA durante o período de execução contratual, como devem ser fornecidos independentemente de solicitação, pelo Adjudicatário.
- g)** O Adjudicatário deverá também aferir da conformidade dos equipamentos indicados, com as exigências legais e normativas em vigor aplicáveis a esses equipamentos.
- h)** Adjudicatário poderá propor alternativas e recomendações sobre as condições de funcionamento dos equipamentos.

33. PERIODICIDADE DAS INTERVENÇÕES

- 33.1.** A periodicidade das ações de intervenções e manutenção deverão respeitar as normas e legislação específica da atividade objeto do(s) contrato(s) a celebrar e a “checklist” e periodicidades de manutenção fixadas pelo fabricante, não podendo, contudo, em caso algum ser inferiores às indicadas no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos.
- 33.2.** As intervenções e periodicidades referidas no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos não desobrigam o Adjudicatário da realização de verificações ou manutenções adicionais que se revelem necessárias para o normal, e correto funcionamento e segurança dos equipamentos.
- 33.3.** No âmbito da manutenção curativa, o número de deslocamentos do Adjudicatário serão as necessárias, durante todo o período de execução contratual, não havendo lugar ao pagamento de qualquer valor adicional em virtude das mesmas.

34. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 34.1.** Os serviços serão prestados nas instalações do Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) sita na Rua de Benguela, 2775-501 Parede.
- 34.2.** As ações de assistência técnica serão realizadas pelo Adjudicatário, **nos dias úteis, de 2.ª Feira a 6.ª Feira, entre as 09h00 e as 18h00.**
- 34.3.** Atendendo às periodicidades das intervenções referidas no **ANEXO A**, o Adjudicatário deverá agendar com a/o Unidade/Serviço de Saúde da SCML, a hora em que as mesmas ocorrerão.
- 34.4.** As assistências deverão ser realizadas nos dias e nos períodos indicados na presente cláusula, com exceção de razões de urgência as várias Unidades/Equipamentos da SCML, ou por impossibilidade de intervenção nos equipamentos no período definido, ou por outros motivos imprevistos.

35. APOIO TÉCNICO

- 35.1.** O Adjudicatário dará obrigatoriamente todo o apoio técnico e assistência aos equipamentos das várias Unidades/Equipamentos da SCML identificados no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos, sendo sua responsabilidade a elaboração de recomendações e pareceres técnicos sobre condições de funcionamento, segurança e alterações ou necessidade de substituição de equipamentos.
- 35.2.** Os pareceres e recomendações referidos no número antecedente tanto podem ser solicitados pelas diferentes Unidades/Equipamentos da SCML, como devem ser fornecidos independentemente de solicitação, pelo Adjudicatário.
- 35.3.** O Adjudicatário deverá também aferir da conformidade dos equipamentos indicados no **Anexo A**, com as exigências legais e normativas em vigor aplicáveis a esses equipamentos.

- 35.4.** O Adjudicatário poderá propor alternativas e recomendações sobre as condições de funcionamento dos equipamentos.

35. OBRIGAÇÕES GERAIS

- 35.1.** O Adjudicatário realizará a manutenção preventiva e curativa aos equipamentos identificados no **ANEXO A** ao presente Caderno de Encargos, sempre que seja necessário repor as condições de bom funcionamento devido a anomalias e avarias que possam surgir durante o período de vigência do contrato, as quais incluem a mão-de-obra nos trabalhos de substituição de peças envolvidos nas ações de manutenção.
- 35.2.** Após cada manutenção preventiva ou curativa, o Adjudicatário entregará ao responsável da manutenção da Unidade de Instalações e Equipamentos do HOSA, o respetivo Relatório de Assistência, conforme referido na **cláusula 45.** do presente Caderno de Encargos, com a indicação de todos os trabalhos realizados e tempo despendido.
- 35.3.** A não entrega do Relatório de Assistência identificado no número antecedente determina o não pagamento dos trabalhos realizados.
- 35.4.** No caso de as manutenções ocorrerem fora do horário definido na **cláusula 34.2.** do presente Caderno de Encargos, deverá o Adjudicatário enviar um relatório no dia imediatamente seguinte ao da manutenção, com a indicação da natureza da manutenção prestada e resultado da mesma, indicando qual o equipamento intervencionado.
- 35.5.** No caso previsto no **número** antecedente, o Adjudicatário deverá comunicar essa intervenção à Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE), do HOSA com uma antecedência mínima de **12 (doze) horas**, de forma a este designar 1 (um) funcionário para acompanhar essa intervenção.
- 35.6.** O Adjudicatário realizará todos os ensaios necessários para a verificação do grau de segurança do equipamento para os utilizadores com a periodicidade internacionalmente recomendada para cada caso, ou de acordo com a recomendação expressa dos fabricantes, com elaboração de relatório que deverá ser entregue anualmente à Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE), do HOSA
- 35.7.** Todos os equipamentos de Inspeção, Medição e Ensaio utilizados pelo Adjudicatário, terão de estar obrigatoriamente registados e ser alvo de inspeções e calibrações efetuadas por empresas acreditadas para o efeito.
- 35.8.** Todas as intervenções do Adjudicatário deverão cumprir todos os diplomas legais em vigor aplicáveis à manutenção do tipo de equipamento, objeto do contrato a celebrar.

36. MANUTENÇÃO CURATIVA

- 36.1.** Sempre que, fora dos dias indicados no planeamento apresentado pelo Adjudicatário para a manutenção preventiva, ocorra uma avaria ou anomalia em qualquer dos equipamentos

a que os serviços contratos se destinam, o Adjudicatário após solicitação da Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE), do HOSA, deverá fazer deslocar ao local a equipa técnica que considere necessária e adequada para verificação e realização do diagnóstico da avaria.

- 36.2.** Para efeitos do disposto no **número** antecedente, o tempo máximo de resposta do Adjudicatário para reparação da avaria, após pedido de comparência do técnico não poderá ser superior a **12 (doze) horas**.
- 36.3.** Sempre que o Adjudicatário verifique que o equipamento intervencionado, necessite de aplicação ou substituição de materiais, peças ou acessórios, obrigatoriamente, deverá apresentar ao HOSA, um relatório com descrição da avaria, devendo proceder a essa reparação, no prazo máximo de **12 (doze) horas, ou 24 (vinte e quatro) horas** desde que devidamente justificado, a contar da data dessa verificação.
- 36.4.** Caso o Adjudicatário não execute a reparação de qualquer equipamento dentro dos prazos indicados no ponto antecedente, ser-lhe-á aplicada a penalidade contratual constante **cláusula 17.2.** do Caderno de Encargos.
- 36.5.** A penalidade contratual constante do número antecedente não será aplicada, caso a SCML conceda um prazo mais alargado, uma vez aceites pela mesma e por escrito as justificações por parte do Adjudicatário.

37. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 37.1.** A periodicidade das ações de assistência e manutenção deverão respeitar as normas e legislação específica da atividade objeto do contrato a celebrar, o "checklist" e periodicidades de manutenção fixadas pelo fabricante, não podendo, contudo, em caso algum ser inferiores às indicadas no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos .
- 37.2.** No prazo máximo de **10 (dez) dias seguidos**, a contar da data da assinatura do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar um Plano de manutenção e assistência técnica do equipamento, com indicação, nomeadamente, do tipo de manutenção a prestar a cada equipamento e respetiva calendarização, respeitando as periodicidades mínimas que constam do **ANEXO A** ao Caderno de Encargos e a "Checklist" do fabricante e que deverá incluir o seguinte conteúdo:
- I.** A programação das visitas e ações de manutenção durante o período de execução do contrato;
 - II.** Fichas de manutenção com indicação do tipo de manutenção com discriminação das ações a realizar e carga horária de cada intervenção por tipo de equipamento;
 - III.** Documento com identificação dos técnicos a afetar à execução dos serviços e respetivas habilitações profissionais.
- 37.3.** No prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data da apresentação do Plano referido no número **2** da presente Cláusula, a SCML comunicará ao Adjudicatário a sua decisão

relativamente ao Plano de manutenção e Assistência preventiva apresentada para os Equipamentos indicados no **ANEXO A** do presente Caderno de Encargos.

- 37.4.** O plano apresentado terá necessariamente de merecer concordância, por escrito da pessoa responsável pela Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE), do HOSA.
- 37.5.** Caso o plano apresentado pelo Adjudicatário não tenha obtido a concordância da SCML, deverá o Adjudicatário apresentar outro em alternativa no prazo máximo de **5 (cinco) dias seguidos**, após a sua comunicação.
- 37.6.** Se ainda assim o Plano não merecer a concordância da SCML, o Adjudicatário executará os serviços objeto do procedimento de acordo com um plano fornecido pela SCML.
- 37.7.** Em todas as ações de manutenção e assistência técnica deverá ser colocado um selo junto de cada equipamento com o registo da data de execução da manutenção, rubrica legível do técnico que a realizou e data da próxima intervenção.
- 37.8.** Na manutenção preventiva estão incluídas a substituição dos componentes profiláticos sujeitos a desgaste e referidos nos manuais de serviço, ou sempre que o seu estado de conservação o aconselhe, bem como todos os materiais, utensílios e ferramentas necessários à sua correta execução.
- 37.9.** Estão incluídas também, na manutenção preventiva dos equipamentos a mão de obra e a substituição das peças, materiais e consumíveis constantes do **ANEXO A** ao Caderno de Encargos.
- 37.10.** A manutenção preventiva pressupõe ainda o controlo eficaz dos dispositivos que tenham a ver com medidas de segurança elétrica e mecânica.
- 37.11.** As ações de manutenção preventiva levadas a cabo pelo Adjudicatário deverão ser executadas de forma a evitar a degradação precoce do equipamento, bem como a maximizar o tempo médio entre avarias (MTBF).
- 37.12.** Caso o Adjudicatário não execute a manutenção preventiva em respeito pelas periodicidades constantes da sua proposta, que devem respeitar as periodicidades mínimas constantes do **ANEXO A**, ser-lhe-á aplicada a penalidade constante da cláusula **17.2.** do Caderno de Encargos.
- 37.13.** Excetua-se da previsão do **número anterior**, as situações em que o equipamento não seja disponibilizado pelo serviço da SCML onde os mesmos se encontram, o que deverá ser justificado e rubricado por esse serviço na Relatório de Assistência.

38. TAXA DE DISPONIBILIDADE DO EQUIPAMENTO

A Taxa de Disponibilidade do Equipamento não poderá ser inferior a 97% (noventa e sete por cento), recorrendo-se para o efeito à seguinte fórmula:

$$TDE = \frac{N.º \text{ de dias de operacionalidade}}{N.º \text{ de dias do ano de execução do contrato}} \times 100$$

39. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 39.1.** Em qualquer momento poderá a Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE), do HOSA solicitar ao Adjudicatário a apresentação de 1 (um) relatório de atividade, nomeadamente quanto à eficácia dos meios utilizados na manutenção, eficiência dos processos e resultados obtidos.
- 39.2.** A pedido de qualquer das partes, efetuar-se-ão reuniões entre a UIE do HOSA e o Adjudicatário do sentido de:
- 39.2.1.** Realizar o balanço e avaliação das intervenções;
- 39.2.2.** Ajustar e corrigir procedimentos ou falhas detetadas.
- 39.3.** Caso o HOSA verifique que a qualidade ou os níveis mínimos de segurança, dos serviços prestados pelo Adjudicatário não obedece aos requisitos normais e médios exigíveis para a atividade a que se destinam, notificará o Adjudicatário para que este implemente os critérios de qualidade necessários e adequados.

40. PESSOAL

- 40.1.** Sempre que os técnicos do Adjudicatário se dirijam ao HOSA para prestarem os serviços, deverão apresentar-se na Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE) do HOSA, identificando-se e informando quais os trabalhos que se propõem executar.
- 40.2.** Caso a SCML entenda ser conveniente, os técnicos do Adjudicatário serão acompanhados por 1 (um) funcionário do HOSA, designado para o efeito.
- 40.3.** No final de cada intervenção os técnicos do Adjudicatário deverão, antes de abandonar as Instalações do HOSA, dirigir-se à Unidade de Instalações e Equipamentos do HOSA, a fim de preencherem o respetivo RELATÓRIO DE ASSISTÊNCIA conforme disposto na **cláusula 45.** do presente Caderno de Encargos.
- 40.4.** O Adjudicatário deverá apresentar pessoal técnico com um mínimo de **2 (dois) anos** de experiência profissional.
- 40.5.** O pessoal técnico do Adjudicatário apresentar-se-á devidamente identificado.
- 40.6.** O Adjudicatário é responsável pela disciplina e aptidão profissional do seu pessoal, e por todos os danos ou acidentes causados aos utentes, pessoal e ao património da SCML, em virtude de negligência na execução da prestação de serviços.
- 40.7.** Sempre que se registre alteração do pessoal técnico afeto pelo Adjudicatário à prestação de serviços, o Adjudicatário informará o HOSA por escrito, com uma antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, devendo essa informação vir acompanhada de certificação das habilitações desses técnicos, nos termos pedidos para a Proposta, necessárias para a prestação de serviços objeto do contrato.

41. SUBSTITUIÇÃO DE TÉCNICOS

- 41.1.** Qualquer alteração à composição da equipa indicada, em sede de execução do contrato por iniciativa do Adjudicatário, através da substituição de recursos, deve ser previamente comunicada à SCML, e só será aceite caso reúna as mesmas habilitações e experiência dos técnicos apresentados em sede de proposta.
- 41.2.** A SCML reserva-se o direito de comunicar ao Adjudicatário a necessidade de substituição de recursos por inadequação dos mesmos às responsabilidades atribuídas tendo em conta o disposto no número anterior e/ou o comportamento comumente expectável para um recurso com o perfil e responsabilidades identificadas.
- 41.3.** As substituições referidas nos números anteriores deverão ocorrer da seguinte forma:
- a)** O Adjudicatário deverá, em **5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação de substituição, identificar o seu melhor recurso considerando o disposto no **número 1.** e outras competências exigidos;
 - b)** A SCML poderá solicitar informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados;
 - c)** Após aceitação por parte da SCML, o Adjudicatário deverá assegurar que a transição entre o recurso apresentado em sede proposta e o recurso substituído.
- 41.4.** Os custos do período de transição referidos nesta cláusula ficarão totalmente a cargo do Adjudicatário.

42. REMOÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO HOSA

- 42.1.** Quando não seja possível a verificação do equipamento, ou parte dele, dentro das instalações do HOSA, o Adjudicatário solicitará à Unidade de Instalações e Equipamentos do HOSA uma autorização para a sua saída, a qual apenas poderá ser autorizada por escrito, e mediante o preenchimento de guia de transporte ou documento alternativo, sendo o Adjudicatário o único responsável pelos eventuais danos causados, nomeadamente, no transporte e acondicionamento do equipamento, ou extravio do mesmo.
- 42.2.** O Adjudicatário não poderá remover para o exterior, qualquer equipamento ou componente, sem o prévio conhecimento e autorização escrita da UIE do HOSA;
- 42.3.** Sempre que o equipamento tenha de permanecer por um período superior a **2 (dois) dias úteis** nas instalações do Adjudicatário, deverá ser fornecida justificação por escrito pormenorizada da demora à Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE) do HOSA.
- 42.4.** Depois de devidamente verificado pelo Adjudicatário, o equipamento será devolvido à UIE do HOSA, acompanhado do Relatório de Assistência que será assinada por responsável desta unidade. Deverá ainda ser entregue pelo Adjudicatário o relatório dos ensaios funcionais e de segurança efetuados, devidamente validado pela UIE do HOSA.

43. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS E CONSUMÍVEIS

- 43.1.** Sempre que seja identificada a necessidade de substituição de peças, componentes, acessórios e consumíveis, o Adjudicatário deverá informar a UIE do HOSA, da pertinência e necessidade da reparação, mediante a apresentação do respectivo **RELATÓRIO DE ASSISTÊNCIA**.
- 43.2.** A aplicação de quaisquer peças, componentes, acessórios e consumíveis nas intervenções fica condicionada à prévia autorização da UIE do HOSA, devendo a relação de todas as peças aplicadas ser entregue nessa Unidade para conferência, e respectiva validação dos serviços prestados.
- 43.3.** Para efeitos do disposto no **número** anterior, depois de previamente autorizada pela Unidade/Equipamento da SCML, a relação de todas as peças aplicadas deverá ser entregue nesta Unidade para conferência, e respectiva validação do trabalho realizado.
- 43.4.** Seja qual for a intervenção, o Adjudicatário fica impedido de proceder à substituição de peças que alterem o equipamento e que ponham em causa a sua qualidade, a sua fiabilidade e funcionalidade, bem como a responsabilidade do fabricante do equipamento relativamente à garantia dos equipamentos da SCML.
- 43.5.** No âmbito da manutenção preventiva e curativa, estão incluídas no preço contratual todas as peças e componentes aplicados pelo Adjudicatário aos equipamentos indicados em cada um dos Lotes.
- 43.6.** Todas as peças substituídas terão de possuir garantia de qualidade na origem o certificado de fabricante.

44. RELATÓRIO DE ASSISTÊNCIA

- 44.1.** Por cada intervenção efetuada, o Adjudicatário deverá elaborar um Relatório de Assistência onde deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

45.1.1. Relativamente ao equipamento:

- a)** Marca;
- b)** Modelo;
- c)** Número de série;
- d)** Número de inventário;
- e)** Número de manutenção do equipamento (atribuído pela Unidade/Equipamento da SCML);
- f)** Serviço/zona onde está localizado.

45.1.2. Relativamente à intervenção:**47.1.2.1. MANUTENÇÃO CURATIVA:**

Deverá referir:

- a)** Data da receção do pedido e hora de início e fim da intervenção;
- b)** Trabalho que se prevê realizar;
- c)** Anomalias verificadas;

- d)** Material aplicado (designação e se possível referência, e quantidade);
- e)** Instrumentos de medida quando utilizados (tipo, marca, modelo);
- f)** Descrição pormenorizada da intervenção;
- g)** Ensaios de segurança, testes e medições realizados na conclusão da intervenção;
- h)** Assinatura legível do executante;
- i)** Espaço para confirmação técnica do trabalho.

45.1.2.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

Deverá referir:

- a)** Marca;
- b)** Modelo;
- c)** Número de série;
- d)** Número de inventário;
- e)** Número de manutenção do equipamento (atribuído pela Unidade/Equipamento da SCML;
- f)** Serviço / zona onde está localizado;
- g)** Material aplicado (designação e se possível referência, e quantidade);
- h)** Instrumentos de medida quando utilizados (tipo, marca, modelo);
- i)** Descrição pormenorizada da intervenção;
- j)** Ensaios de segurança, testes e medições realizados na conclusão da intervenção;
- k)** Assinatura legível do executante;
- l)** Espaço para confirmação técnica do trabalho.
- m)** Deverá descrever com rigor o trabalho realizado, de acordo com o plano de manutenção aprovado e em vigor, preferencialmente do tipo "checklist";
- n)** Espaço para a descrição e notas sobre a manutenção efetuada e das reparações recomendadas.

45.2. O Relatório de Assistência deverá ser confirmado e rubricado por responsáveis do Serviço onde se encontra o equipamento, ficando Unidade/Equipamento da SCML uma cópia da folha de assistência.

45.3. Não será aceite nenhum Relatório de Assistência que não cumpra os procedimentos previstos na presente cláusula, o que determina que os custos pelos serviços e/ou fornecimentos que constam da mesma não serão pagos pela SCML, enquanto a mesma não for corrigida.

ANEXO A

IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, CARACTERÍSTICAS E PERIODICIDADE

Equipamento	Marca	Modelo	Nº Série	Periodicidades Mínimas da Manutenção Preventiva
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612513371	Anual
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612511275	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612515271	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612511578	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612511676	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612497860	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612508074	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612507075	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612505469	
IACS + C500	Drager	Infinity C500	5612507173	
Central de Monitorização	Drager	Infinity Central Station	1OQ7WR-00249	
Central de Monitorização	Drager	Infinity Central Station	1OQ7WR-00251	
Software de Gestão	Drager	Gateway	1949537979	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612505870	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612504773	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612504969	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612503373	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612505175	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612506370	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612499359	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612509964	

Equipamento	Marca	Modelo	Nº Série	Periodicidades Mínimas da Manutenção Preventiva
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612509367	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612504176	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612512372	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612508172	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612497165	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612508270	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612512274	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612506771	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612507868	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612508769	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612507672	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612506673	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612508671	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612509171	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612505273	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612505371	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612506967	
Monitores multiparamétricos	Drager	M 540 MVIEW	5612508368	
Monitores multiparamétricos	Drager	Delta XL	6000026799	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051112	

Equipamento	Marca	Modelo	Nº Série	Periodicidades Mínimas da Manutenção Preventiva
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16060295	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051087	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080460	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16060307	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080407	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080387	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080453	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080411	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16060276	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16060263	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080405	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051088	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051109	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051116	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080461	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051115	

Equipamento	Marca	Modelo	Nº Série	Periodicidades Mínimas da Manutenção Preventiva
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16088380	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051113	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080443	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051095	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051077	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16080451	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051117	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051096	
Monitor	Drager	S150 (integrado com o M 540 MVIEW)	H16051104	

ANEXO B

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES

DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **Prestação de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica a Equipamentos Médicos, Hospitalares e meios complementares de Diagnóstico**, celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do declarante e carimbo
